



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Metropolitana - Núcleo de Regularização e Controle Ambiental

Parecer nº 15/IEF/URFBIO METRO - NUREG/2023

PROCESSO Nº 2100.01.0003900/2023-48

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: CONSORCIO VIENA DE ENERGIA SOLAR	CPF/CNPJ: 44.601.836/0001-17
Endereço: R TOME DE SOUZA, 649, SALA 201	Bairro: SAVASSI
Município: Belo Horizonte	UF: MG
Telefone: (38) 999551889	E-mail: agapeambiental@yahoo.com.br
CEP: 30.140-131	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

() Sim, ir para item 3 (x) Não, ir para item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: LUCIA HELENA DE ASSIS FARIA GONÇALVES	CPF/CNPJ: 265.064.406-00
Endereço: RUA ANTONIO GUERRA, 40	Bairro: CAIÇARAS
Município: BELO HORIZONTE	UF: MG
Telefone: (38) 999551889	E-mail: agapeambiental@yahoo.com.br
CEP: 31.230-270	

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: FAZENDA BOA VISTA	Área Total (ha): 177,0331
Registro nº : 106.880 liv 2 fls 1 CRI Nova Serrana	Município/UF: Nova Serrana /MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3145208-74C1.8B93.CF5C.4577.B442.967D.8AA3.E41B	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
corte de arvores isoladas	49	UN
	10.0	Ha

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
corte de arvores isoladas	49	UN	23 K	502.982	7.808.445

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
infra estrutura	UFV-usina foto voltaica	10,0

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerrado	Áreas Antropizadas pastagem		10,0

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
lenha	nativa	111,7514	m ³
madeira	nativa	9,2574	m ³

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 03/02/23

Data da vistoria (Remota): 24/02/23

Data de solicitação de informações complementares: 24/02/23

Data do recebimento de informações complementares: 03/03/2023

Data de emissão do parecer técnico: 06/03/2023

2. OBJETIVO

É objeto deste parecer analisar a solicitação regularização de intervenção de corte de 49 arvore isoladas sendo 1 pequi , e outras em 10,00ha, na propriedade Fazenda Boa Vista ,para instalação de usina foto voltaica em área de uso antropico consolidado

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL

3.1. Imóvel Rural

A Propriedade é constituída pelo imóvel registrado sob Matrículas nº 106880, liv 2, CRI Nova Serrana. Consta Averbação 1, de 27/12/22 gravado Termo responsabilidade de preservação de floresta.

3.2. Área de Preservação Permanente

Cadastro Ambiental Rural: MG-3145208-74C1.8B93.CF5C.4577.B442.967D.8AA3.E41B . Foi detectada uma diferença entre a área do imóvel rural declarada conforme documentação comprobatória de propriedade/posse/concessão [177.2144 hectares] e a área do imóvel rural identificada em representação gráfica [177,0331 hectares]

- Área total: 177,0331 ha

- Área de reserva legal: 35,4275 ha

- Área de preservação permanente: 11,6756 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 76,8395 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

(x) A área está preservada: 34,4275 ha

() A área está em recuperação: ha

() A área deverá ser recuperada: ha

- Formalização da reserva legal: não informado

() Proposta no CAR (x) Averbada () Aprovada e não averbada

- Qual a modalidade da área de reserva legal: não informado

(x) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Parecer sobre o CAR:

Considerando o disposto no Art. 88 do Decreto Estadual 47.749/19:

*"Art. 88. A autorização para intervenção ambiental **COM** supressão de vegetação nativa, exceto o corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas, somente poderá ser emitida após a aprovação da localização da Reserva Legal, declarada no CAR."*(grifo nosso)

Considerando que o presente parecer trata da análise de requerimento para corte de árvores nativas isoladas vivas ou mortas não foi realizada análise do Cadastro Ambiental Rural.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

O presente documento foi elaborado tomando como referência a Lei Estadual 20.922/2013, Decreto nº 47.749/2019 e Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3102/2021.

A área requerida para intervenção ambiental, visando a supressão de árvores isoladas, totaliza 10,00 ha onde está previsto o corte de 49 árvores isoladas entre essas 01 pequi (Caryocar brasiliense), É pretendida com a intervenção instalação de usina fotovoltaica.

A espécie, *Caryocar brasiliense* é considerada especialmente protegidas conforme legislação vigente. De acordo com a Lei Estadual 20.308/2012:

"Art. 2º A supressão do pequi só será admitida nos seguintes casos:

I - quando necessária à execução de obra, plano, atividade ou projeto de utilidade pública ou de interesse social, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente;

II - em área urbana ou distrito industrial legalmente constituído, mediante autorização do Conselho Municipal de Meio Ambiente ou, na ausência deste, do órgão ambiental estadual competente;

III - em área rural antropizada até 22 de julho de 2008 ou em pousio, quando a manutenção de espécime no local dificultar a implantação de projeto agrossilvipastoril, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente.

Em análise ao histórico de imagens da área do empreendimento no Google Earth Pro, foi possível constatar que a área rural encontra-se antropizada por pastagens e plantios agrícolas anteriormente ao marco legal estabelecido, a saber 22 de julho de 2008.

Desta forma foi possível confirmar que a supressão destes indivíduos é essencial para o desenvolvimento do projeto e desta forma o pequi deverá ser objeto de compensação conforme legislação vigente.

O rendimento lenhoso previsto na área total é de 9,2574m³ de madeira de origem nativa, e 111,7514m³ de lenha nativa conforme planilha apresentada SEI(60299660)refernte ao censo florestal 100%. O material lenhoso proveniente da supressão será utilizado na propriedade .

Taxa de Expediente: 1401233167171, R\$ 639,22 pago em 19/12/22 e tx de expediente complementar 1401236370881, R\$ 35,72, pago em 04/01/22

Taxa florestal: lenha 2901233167691 , R\$ 746,32 , pago em 19/12/22 e tx complementar lenha 2901236372971,R\$ 31,71, pago em 04/01/23

Tx Florestal Madeira 2901233168019, R\$ 412,90, pago em 19/12/23, e tx complementar madeira 2901236373705 , R\$ 23,08, pago em 04/01/23

Sinaflor: 23125342

4.1. Das eventuais restrições ambientais: Este item foi avaliado para todo trecho dos pontos de coleta

- Bioma:Cerrado

- Fitofisionomia : Área antropizada com presença de pastagens e lavouras, e manchas de FESDMontana

- Vulnerabilidade natural:Média

- Qualidade ambiental: Média

- Integridade da Fauna: Baixa

- Erosão atual :Baixa:

- Unidade de conservação: não inserido

- Exposição do solo: Média

- erodibilidade: Muito Alta

- grau de conservação da flora: baixo

- risco ambiental: Alto

- Área prioritária para recuperação da flora: Alta /Muito Alta

- Área prioritária para conseravção da flora :Alta Muito Alta

- Outras restrições: Não se aplica

- Declividade: Plano a uave ondulado

4.2. Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: E-02-06-2 Usina Solar Fotovoltáica

- Classe do empreendimento: 1

- Critério locacional: 0

- Modalidade de licenciamento: (X) Não – Passível / () LAS Cadastro / () LAS/RAS / () LAC ou LAT no caso de intervenções após licenciamento SEMAD / () Municipal

- Número do documento: não apresentado

4.3. Vistoria realizada:

Esta análise foi realizada em 24/02/2023, por meio de vistoria remota, conforme direcionamento do art. 2º, Parágrafo 2º da Resolução Conjunta SEMAD/IEF/IGAM/FEAM nº 2.959/2020, através da utilização de recursos tecnológicos disponíveis para o acesso remoto, em especial: Google Earth Pro, IDE- SISEMA e SICAR.

4.3.1. Características físicas:

- Topografia: planície do Rio São Francisco , planícies interioranas, relevo plano a suave ondulado. A topografia é suave ondulada, calculada conforme informações topográficas apresentadas, no entanto não se caracteriza como área restrita nos termos do artigo 38, Inciso III, do Decreto 47.749/19, uma vez que a inclinação média é inferior a 25º.

- Solo: RLe3, Cambissolo Háplico

- Hidrografia: A área de intervenção está inserida , no Alto curso da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. o correjo Boa Vista margeia a propriedade

4.3.2. Características biológicas:

- Vegetação: Está inserida no Bioma Cerrado. De modo geral, a vegetação presente na área de encontra-se completamente alterada, representada por elementos arbóreos por vezes isolados, resultantes de regeneração do local após ação antrópica. A área de intervenção está situada sobre solo antropizado, sem presença de fragmentos florestais.

- Fauna: SEI(61706286) O Levantamento em campo foi realizado na Propriedade cuja denominação é Fazenda Boa Vista que encontra-se insirida no quadro rural do município de Nova Serrana/MG, as áreas levantadas são áreas de influência de vegetação nativa. Dados Primários: coleta de dados em campo para desenvolvimento de Inventário Florestal e identificação de animais presentes na área; Dados Secundários: informações coletadas por meio do IDE Sisema, pesquisas e trabalhos já realizados em locais próximo à área em questão, buscando identificar Unidades de Conservação existentes nas proximidades da área, caracterizando a composição florística e as formações vegetacionais presentes na área de implantação do empreendimento e seu entorno

Mastofauna:Foram encontradas 47 espécies distribuídas em nove ordens e 18 famílias

Herpetofauna:Foram levantadas 71 espécies classificadas dentre 22 famílias e quatro ordens.

Avifauna:levantadas 195 espécies dentre 44 famílias e 20 ordens.

4.4. Alternativa técnica e locacional:

Considerando que não haverá intervenção em Vegetação nativa em estágio médio ou em áreas consideradas de preservação permanente não há que se falar em Alternativa Locacional

5. ANÁLISE TÉCNICA

O presente documento foi elaborado tomando como referência a Lei Estadual 20.922/2013, Decreto nº 47.749/2019 e Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3102/2021, DN COPAM 236/2019 e Resolução CONAMA 369/06.

Os pontos da localização das árvores a serem suprimidas estão devidamente indicados em lista Excell . Haverá supressão vegetal de 49 indivíduos nativos entre os quais 01 pequizeiros , foram identificados no total 16 espécies

Assim, observados quesitos técnicos e legais não verificamos existência de óbices ao pleito do requerente, desde que cumpridas todas as compensação ambientais cabíveis.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de terem ocorrido durante a intervenção abrangem a área e seu entorno, e afetam direta ou indiretamente o meio ambiente, sendo estes:

Impactos: A intervenção realizada é considerada de baixo impacto ambiental no entanto o uso de máquinas podem facilitar, temporariamente o desenvolvimento de processos erosivos e causar poluição sonora.

Medidas mitigadoras: contratar profissional competente e habilitado para execução dos serviços a fim de evitar e coibir intervenções em áreas além das autorizadas; realizar a supressão fora do período chuvoso e não fazer uso de fogo; preservar as áreas remanescentes; proteção das áreas de preservação existentes na propriedade e seu entorno, caso ocorram; durante o processo de supressão florestal e ou a conclusão da obra, adotar medidas de controle dos efluentes líquidos, através de adoção de banheiros químicos, se for necessário; conciliar a execução da supressão da vegetação com a efetiva implantação do empreendimento, diminuindo o tempo de exposição do solo, utilizar técnicas e metodologias de afugentamento e proteção da fauna silvestre, desenvolver as atividades de supressão tomando todas as medidas cabíveis para proteção de ninhos caso existam e adotar técnicas e medidas de proteção do solo e controle de drenagem para evitar possível carreamento de sólidos e a facilitação de processos erosivos. Assim sendo, verifica-se que a área escolhida justifica pelo fato que esta complementará a vegetação nativa e remanescente do seu entorno. Tomadas as devidas medidas de controle, não deverão ocorrer impactos ambientais significativos no local, considerando a vegetação, solo e fauna, os itens mais vulneráveis às ações antrópicas para este caso.

6. CONTROLE PROCESSUAL

Não se aplica

7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO** do requerimento para corte ou aproveitamento de 49 árvores isoladas nativas vivas dispersas em 10,00 ha em área de uso antrópico consolidado bem como o aproveitamento do material lenhoso decorrente desta intervenção, a saber, 11,7514 m³ de madeira nativa e 9,2574 m³ de lenha nativa. Após realização do controle processual, este parecer único deverá ser submetido à apreciação da Supervisão do Regional Centro Oeste para deliberação.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS**- Compensação por supressão de espécies protegidas por lei:**

Conforme a Lei 20.308/2012, deverá ser realizada compensação através do plantio de 1 a 5 mudas por cada indivíduo suprimido das espécies popularmente conhecidas como pequi e ipê-amarelo / pau-d'arco-amarelo. A intervenção requerida prevê a supressão de 01 pequizeiros (*Caryocar brasiliense*), e considerada a supressão de 1 indivíduos de pequizeiro, conforme proposta apresentada deverá ser pago um total de 100 UFEMG's para a devida compensação ambiental. e a devida compensação para as outras espécies suprimidas

Deverá ser realizado ainda o plantio de enriquecimento das áreas remanescentes, antropizadas com a reposição de 50 mudas, com espécies de Árvores frutíferas (Cagaita, Jatobá, Ingá, goiaba, acerola) como forma compensatória pelo corte (supressão) das demais árvores na propriedade, priorizando a execução deste plantio em áreas de App e outras de uso antropico consolidado

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

O requerente recolheu a Taxa de Reposição Florestal pró pequi e referente as outras especies

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(X) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

(.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

O documento Autorizativo para Intervenção Ambiental é válido mediante cumprimento integral das seguintes condicionantes

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Contratar profissional competente e habilitado para execução dos serviços	Durante vigencia da Autorização

2	Realizar o plantio de enriquecimento em áreas remanescentes com 0,0300 ha na propriedade , para fins de reposição de 50 mudas, com espécies de Árvores frutíferas (Cagaita, Jatobá, Ingá, goiaba, acerola, manga e outras) como forma compensatória pelo corte (supressão) das demais árvores na propriedade, priorizando a execução deste plantio em áreas de App e outras de uso antropico consolidado	Durante a vigência da Autorização
3	Apresentar relatório após a implantação do projeto indicando as espécies das 50 mudas de frutíferas, tratamentos silviculturais adotados e demais informações pertinentes. Acrescentar anexo fotográfico. Apresentar junto a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART	Durante vigência da Autorização
4	Apresentar relatórios anuais com anexo fotográfico para avaliação da situação do plantio. Informar quais os tratamentos silviculturais adotados no período e a necessidade de intervenção no plantio.	Anualmente até conclusão do projeto
5	Adotar técnicas e medidas de proteção do solo e controle de drenagem para evitar a facilitação de processos erosivos na área onde foi realizada a intervenção.	Durante a intervenção
6	Dar destinação correta ao material lenhoso proveniente da supressão considerando o disposto no Decreto 47.749/19	Durante a vigência da Autorização
7	Não está autorizado corte em APP ou Reserva Legal	Indeterminado
8	Providenciar Isolamento da área de preservação permanente e Reserva Legal através do cercamento com 3 fios de arame liso, sendo o primeiro a 40 centímetros do solo, de forma a permitir o acesso da fauna silvestre	Permanentemente
9	Implantação de sinalização identificando as áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal em pontos visíveis reforçando o isolamento e a proteção das áreas	permanentemente
10	Realizar a retificações cabíveis no Cadastro ambiental rural, em conformidade com a legislação vigente.	Durante a vigência da Autorização
11	Caso ocorra a venda de lenha e madeira apurada na supressão o interessado deverá possuir cadastro como consumidor junto ao IEF	Quando da comercialização

*** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.**

E02

() COPAM / URC (x) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Célio Lessa Couto Junior

MA SP: 957407-0



Documento assinado eletronicamente por **Célio Lessa Couto Júnior, Servidor (a) Público (a)**, em 06/03/2023, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **61207657** e o código CRC **D277C1A9**.